

UM NOVO PARADIGMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

VICTOR GADELHA PESSOA¹

JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA²

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem”.*

Bertold Brecht

1 – Um novo paradigma de educação para o campo³

Vastas foram as leituras teóricas que nos orientaram neste estudo e suas referências encontram-se na bibliografia. Entretanto, destacamos que a obra *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, da autora Roseli Caldart, terá maior influência sobre as demais, pois norteará este trabalho.

Neste livro, a autora trata da formação humana oferecida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tem como foco a relação dos trabalhadores sem terras com este movimento social sob sua perspectiva pedagógica, enfatizando suas experiências de educação e de escola. Nos Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST, a formação humana tem um caráter muito amplo, sendo a escola apenas uma parte desta experiência. Considera-se, por exemplo, que o aprendizado está vinculado ao processo da experiência e não apenas aos programas curriculares dentro das escolas. É o que chamamos de educação nas relações sociais.

¹ Mestrando em História da Universidade Federal da Paraíba, bolsista CAPES. vgp87@hotmail.com.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. jonasduarte13@gmail.com.

³ Vale ressaltar que é um novo paradigma de educação para o campo, mas que foi formulado no próprio campo, através principalmente dos movimentos sociais do campo, destacando-se nesse processo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No processo de formação humana do MST, são oferecidas alternativas que contrariam a indústria cultural do capitalismo, causadora de males como a individualização e a degradação moral do indivíduo. No papel de formação dos processos sociais, o MST destaca a importância da compreensão e valorização da cultura dos Sem-Terras, levando em consideração o seu modo de vida através de gerações, observando a herança de valores compartilhada por eles.

Para legitimar seu olhar, Roseli Caldart utiliza a tradição teórica da História Social Marxista, analisando os processos de mudança na sociedade a partir de uma interpretação marxista da história, com ênfase na dimensão cultural. Dessa forma, recorre à análise da história de baixo para cima, considerando como fundamental no processo histórico a experiência humana, além de “compreender o processo de formação dos sujeitos sociais também como um processo cultural” (Caldart, 2000: p. 49) e “olhar para os movimentos sociais como lugar onde se desenvolvem processos sócio-culturais com forte dimensão de projeto” (Caldart, 2000: p. 52).

A respeito da Educação do Campo, podemos, de antemão, lançar uma série de desafios a serem superados nos dias de hoje, pois ela se encontra com vários problemas de falta de estrutura, carência de professores qualificados, de material didático adequado às peculiaridades do campo e enfrenta problemas também com o transporte escolar. Apesar de todos esses graves problemas, consideramos que o maior desafio de todos é o de conseguir romper com o modelo de educação predominante no campo.

O tipo de escola que predomina no campo serve à lógica do capitalismo, no sentido de formar pessoas subservientes para serem exploradas. Nessa educação – que chamamos de Educação Rural, para contrapor a Educação do Campo – o homem deixa de ser um sujeito histórico e passa a servir como uma peça de uma engrenagem para produzir mercadorias, visando o lucro. Esse tipo de educação não prepara o indivíduo para o meio rural, deixando de valorizar suas diferentes e ricas manifestações culturais, seu modo de convivência e demais peculiaridades. Nas escolas do campo predomina o tipo de interpretação que considera o espaço rural inferior ao espaço urbano, considerando-o como um ambiente que carece de condições mínimas de sobrevivência e que representa a pobreza, a ignorância e o atraso.

Em contrapartida, considera o espaço urbano como um lugar do futuro, da tecnologia e do desenvolvimento, onde se oferece também o acesso a todos os bens e serviços públicos, sendo assim, superior ao ambiente rural. Predominantemente, acreditam que o modo de vida camponês está em franca decadência e tende a se extinguir. O que resta ao camponês é se integrar ao modo de vida da cidade, se subordinando às exigências de mercado da agricultura capitalista, ou seja, ao agronegócio.

Podemos perceber isso na própria interpretação de Edgar Kolling e Mônica Molina (1999: p.21), apresentada no livro *Por uma educação básica no Campo*, que nos diz:

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado pela exclusão e desigualdades, de considerar o campo como parte atrasada e fora de lugar no projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um mercado consumidor emergente, predominantemente urbano, a população camponesa é vista como uma espécie em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para pessoas que vivem e trabalham no campo, a não ser do tipo compensatório a sua própria condição de inferioridade e/ou diante de pressões sociais. A situação da educação no meio rural retrata bem essa visão.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), há diferentes territórios construídos na zona rural: o do agronegócio e o da agricultura sustentável. Vejamos:

Quadro 2: Diferenças entre os paradigmas do agronegócio e da agricultura sustentável

Agronegócio	Agricultura sustentável
É um território que tem um significado bastante restrito, pois representa apenas um local de produção de mercadorias. O território do agronegócio é caracterizado por possuir uma paisagem homogênea, marcada pela monocultura, latifúndio e pela quantidade reduzida de habitantes, visto que o território já se encontra ocupado pela mercadoria.	É um território que possui um significado mais amplo. Sua paisagem é heterogênea devido à rica dinâmica social que o território apresenta: pessoas, mercadorias, moradias, cultura, infraestrutura social, etc. Há uma maior presença de pessoas porque é nesse território que eles, não apenas produzem alimentos como também, constroem sua existência.

Informações estruturadas a partir de (Fernandes, 2005: p. 28/29)

O conceito de educação também é distinto entre os territórios. O agronegócio é interessado e articula-se com o setor de pesquisa de diversas universidades – públicas e privadas – do Brasil visando aprimorar seus produtos e máquinas. Entretanto, não faz parte

dos interesses do agronegócio a educação como política pública. O contrário ocorre com o campesinato, que necessita das políticas públicas educacionais para desenvolver amplamente seu território.

Existem dois modelos que se destacam para educação na área rural: 1 – recebe a nomenclatura de Educação Rural. Trata-se de um modelo hegemônico no espaço rural brasileiro, encontrando-se presente principalmente no território do agronegócio. 2 – chama-se Educação do Campo e se encontra num estágio incipiente, tendo seu desenvolvimento no território da agricultura sustentável. O primeiro prega que o capital deve desenvolver o campo e o segundo defende a superação do capital como condição do desenvolvimento humano. Ambos objetivam o desenvolvimento do campo, porém com conotações distintas. Para a Educação Rural, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Já para a Educação do Campo, significa melhoria social.

A Educação Rural promove um tipo de escola que, além de menosprezar a vida rural – trazendo como consequência a própria diminuição da autoestima dos estudantes que vivem nesse meio – desconsidera os saberes que os discentes carregam de suas famílias e nas suas próprias experiências de vida. Podemos considerar que esse tipo de educação contribui bastante para o êxodo rural, pois observamos a realização de um ciclo vicioso pelos estudantes do campo, que estudam com o intuito de sair do campo ou saem do campo para estudar, ou seja, configura sempre uma fuga da área rural.

Esta perspectiva de educação rural é defendida pelas elites do campo e constitui-se, como podemos notar, numa ação “compensatória”, pois, considera que os camponeses não têm capacidade de tomar suas próprias decisões. Dessa forma, oferecem apenas um tipo de educação capaz de transmitir um conhecimento básico e superficial, pois, entendem que uma pessoa que lida com a roça não necessita de conhecimentos mais profundos e complexos, ou seja, não precisa desenvolver sua capacidade intelectual, pois isso não teria utilidade alguma. Em síntese, a educação – que é um direito garantido pela constituição – é tida como um favor.

Percebemos de forma clara que existe uma supervalorização da cidade em detrimento do campo. Baseado nessa “verdade” – construída pelo modelo de desenvolvimento capitalista – o Estado programou o desenvolvimento urbano e tornou a área rural subordinada aos interesses da cidade, uma vez que deixou de promover políticas públicas voltadas para atender

as carências do cidadão do campo. O espaço rural foi pensado de forma simplista e unidimensional: serviria apenas para a produção de alimentos em larga escala e com o objetivo principal de abastecer o mercado externo.

Em decorrência desse modelo, houve mais concentração de terras, de renda, êxodo rural e superpopulação nas grandes metrópoles. As políticas públicas no campo eram desenvolvidas apenas para desenvolver o agronegócio.

Analisando apenas pelo viés econômico, houve grande crescimento da produção alimentícia e geração de divisas no Brasil. Porém, se observarmos seus desdobramentos perceberemos drásticas consequências, pois, nesse caso, o “crescimento econômico” veio acompanhado da propagação da miséria – sobretudo no campo, mas também nas cidades devido ao desproporcional aumento demográfico, crescimento do desemprego e dos empregos informais. Esse pensamento sobre educação nas áreas rurais foi majoritário principalmente a partir do golpe militar de 1964⁴, perdurando hegemonicamente até meados da década de 1970. Posteriormente, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (1975) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) houve uma intensificação na luta pelo acesso à terra, acelerando o desmonte da ditadura militar aqui no Brasil. Ao longo do tempo, o MST se tornou o maior movimento social do Brasil e passou a ser o maior representante dos interesses das populações do campo frente ao Estado, pressionando-o não somente pelo simples acesso a terra, mas também por políticas públicas que trouxessem cidadania digna para os camponeses.

Uma grande conquista foi no ano de 1998 quando foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao INCRA, num período de grandes manifestações organizadas por diversos movimentos sociais que lutavam por uma educação pública de qualidade para o campo. Inicialmente, o Pronera fez parcerias com as Universidades públicas para desenvolver projetos de alfabetização de jovens e adultos assentados. O efeito desses projetos foi bastante limitado, tendo em vista o pouco recurso que conseguiram angariar e a grande demanda existente. Porém, foi ampliando sua área de atuação, como foi o caso de outro projeto de grande importância, que contava também com o apoio das Universidades públicas e consistia em elevar a escolaridade e habilitar profissionais para exercerem o magistério.

⁴ Logo no início dos anos 1960 houve um grande debate acerca da educação e se teve larga experiência com a educação popular. Entretanto, com o advento do golpe militar, esse processo foi interrompido.

Existem também outros tipos de iniciativas, como podemos notar num trecho do artigo: *Dinâmicas coletivas e subjetividades: possibilidades de pesquisa com história oral*:

“As iniciativas no âmbito da educação superior também estão em desenvolvimento e atualmente incorporam diversos cursos superiores, entre os quais podemos citar: um curso de Agronomia, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS); um curso de Pedagogia da Terra, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que formou sua primeira turma em 2006; um curso de Ciências Agrárias, em parceria com a UFPB, ministrado no campus de Bananeiras e o curso de História, também em parceria com a UFPB, no campus de João Pessoa.” (BEHAR e CURY, 2008: p.111 - 112).

Essa luta dos integrantes dos Movimentos Sociais do Campo de ocupar o espaço escolar possui um caráter emancipatório, uma vez que observamos o surgimento de uma nova consciência que desperta para a necessidade de se estudar, de se ter uma escola adequada às peculiaridades do campo e a realidade dos Sem-Terra, oferecendo uma educação que ajude na formação humana, contrariando a lógica capitalista imposta pelas necessidades do mercado. Baseado no pensamento de Roseli Caldart (2000), podemos dizer que a educação e a escola estão associadas ao projeto da Reforma Agrária, fazendo parte, inclusive, da estratégia de luta para consegui-la.

O problema do campo não se resolve apenas com a educação. Porém, ela constitui uma das políticas públicas importantes para promover o desenvolvimento rural, de forma sustentável, para que a população não se veja obrigada a ter que se deslocar para o meio urbano. O êxodo rural, inclusive, representa também um aspecto negativo para as cidades, que se encontram cada vez mais superpovoadas.

Entretanto, desde finais da década de 1990 estamos vivenciando uma série de inovações aqui no Brasil em diversos setores, muito no que diz respeito às formas de lutas cada vez mais amplas que os Movimentos Sociais – que se veem cada vez mais organizados – vêm travando, reivindicando políticas públicas que promovam a inclusão social e a dignidade humana. Como afirmou Miguel Arroyo (1999: p.8):

Se o Brasil não tem podido ficar surdo ao movimento social do campo pelo que incomoda, questiona e afirma o direito à terra, ao trabalho, a dignidade, à cultura, à educação, também os educadores e as políticas públicas, os

currículos, a gestão escolar e a formação de professores não puderam mais ficar surdos ao conjunto de práticas inovadoras, sérias, que emergem coladas ao movimento social e cultural do campo.

A partir deste momento, percebemos uma série de iniciativas de movimentos sociais que começaram a desenvolver trabalhos de educação popular no campo em diversos municípios do país. Desta forma, começou a surgir um acúmulo de experiências que serviram para formular outra proposta para a educação do campo. Assim, através dessas experiências juntamente com as contribuições dos movimentos sociais e de diversos estudiosos, educadores e pesquisadores, surge outro entendimento acerca da educação e do campo.

A respeito deste novo entendimento, podemos destacar uma nova análise da relação Rural x Urbano. Ambos coexistem, inclusive, tanto há elementos urbanos presentes no meio rural, como elementos rurais presentes no meio urbano. Não podemos considerar que um ambiente é melhor ou superior que o outro. Porém, temos que admitir e considerar que se trata de ambientes com diferentes peculiaridades, constituídos por diferentes valores, cuja produção cultural tem sua lógica e tempo próprios.

Outra nova questão que podemos abordar é a noção de que para um indivíduo desenvolver seus valores e suas competências, ele tem que se reconhecer como membro de algum meio ou comunidade. É justamente essa ideia de pertencimento que fará com que o sujeito defenda e afirme seus valores e seu modo de vida através das gerações. Dessa forma, se vê necessário a recriação de vínculos de pertença ao campo.

Esta nova concepção da Educação do Campo é norteada por alguns princípios básicos que se opõem a uma educação chamada de ruralista, defendida – como já foi dito – pelas elites rurais. Poderemos citar como princípios básicos desta Educação do Campo, a perspectiva de que a educação de qualidade é um direito dos camponeses. Já está previsto na constituição que a educação de qualidade é um direito para todos os brasileiros. Por isso, é direito também dos camponeses uma educação do campo de qualidade. Dessa forma, a educação não se configura numa questão de mercado, mas num direito social.

A educação do campo tem a relevante função, dentre outras, de possibilitar a reflexão dos camponeses acerca da realidade concreta que os cerca, procurando superar a estrutura de desenvolvimento rural que se tem hoje em dia. Outro princípio importante é que a educação do campo não se restringe apenas à ambientes escolares, podendo ser realizada fora deles –

baseada na pedagogia da alternância⁵. Essa característica torna bem mais forte o vínculo entre a teoria e a prática e tem um caráter mais humanitário e solidário, pois se realiza também no interior das próprias comunidades e em benefício de seu povo.

Outro aspecto bastante debatido é a necessidade da criação da Educação do Campo no campo, e não para o campo. Ou seja, a escola deve ser organizada e construída no próprio campo e ser destinada às pessoas desse meio. Desta maneira, o aluno estudaria para viver em sua região, invertendo a lógica de estudar para sair do campo ou sair do campo para estudar.

Este tipo de educação pretende quebrar com a reprodução, que se tem no campo, dos valores do desenvolvimento urbano, modificando essa lógica para expressar os reais interesses e necessidades de desenvolvimento dos indivíduos que são, vivem e trabalham no campo. Podemos considerar que esta proposta de educação pretende tornar hegemônico um projeto incluyente, democrático e plural para a sociedade.

Esse tipo de educação, como já foi dito, se realiza não apenas dentro do ambiente escolar. Realiza-se também nas organizações do povo do campo, nas lutas não somente pela terra, mas também por dignidade em suas condições de vida e pela afirmação de sua própria identidade. Cabe aqui uma esclarecedora citação do livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, da autora Roseli Salette Caldart (2000: p.153), que trata sobre a metáfora da ocupação da escola, sob uma perspectiva de camponeses organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

[...] três momentos para a metáfora da ocupação da escola. Primeiro momento: a luta pela escola na luta pela terra. Ou: somos Sem Terra, sim senhores, e exigimos escolas para nossos filhos! Segundo momento: a inserção da escola em uma organização social de massas. Ou: queremos estudar em uma escola do MST! Terceiro momento: a escola do MST e a formação dos sujeitos de um projeto popular de educação e de país. Ou: somos Sem Terra, somos brasileiros, temos o direito e o dever de estudar!

O projeto de educação do campo não engloba apenas os camponeses engajados em movimentos sociais, mas todas as pessoas que vivem no campo. Baseado na concepção de que a sociedade do campo tem o direito de trilhar seus próprios caminhos, a educação do

⁵ Pedagogia que preza pela relação entre teoria e prática, de tal forma que o estudo é realizado em dois tempos: um dentro da escola, nas salas de aula, e outro na comunidade.

campo propõe uma ação “emancipatória”, no sentido de incentivar os camponeses a tomar suas próprias decisões de acordo com suas necessidades e vontades.

2 – A importância do Pronea no processo de aplicação da Educação do Campo

Consideramos as políticas públicas que promovem a Educação do Campo como fundamentais para mudar o paradigma do desenvolvimento rural. As próprias pesquisas já indicam que a população dos assentamentos são, em geral, mais escolarizadas que o restante da população rural. A Educação do Campo dá um novo sentido de vida às pessoas, que passam a enxergar a si próprio não mais como apenas um sujeito isolado no mundo, mas como cidadãos do mundo, que devem agir em coletividade para contribuir com o desenvolvimento humano no planeta. Podemos concluir que o resultado desse tipo de educação é a formação de uma nova consciência que torna possível uma reinvenção do campo. Eles refletem sobre o que pensam e o que fazem. Esse novo paradigma defende a sustentabilidade do campo. Essa educação emancipa o cidadão camponês, dando-lhe capacidade de formar um pensamento crítico, deixando-o apto para tratar, discutir e propor soluções para diversos problemas que envolva a sua comunidade, ou seja, os sujeitos do campo devem interferir no ambiente em que vivem a partir do seu conhecimento.

A Educação do Campo defende um conhecimento reflexivo e crítico, em que se deve ter uma visão abrangente das coisas, para que as possa compreender em sua complexidade. Ao contrário ocorre quando há a opção de estudo fragmentado de determinada realidade, trazendo como resultado um conhecimento distorcido e simplista da realidade. Para exemplificar, podemos nos referir ao estudo que se faz da situação do campo com o viés econômico, ou social trazendo resultados discordantes um do outro. Percebemos que ambas as interpretações se fazem, em geral, de modo simplista. Devemos tentar analisar o campo tal qual ele se apresenta: uma integração econômica, política, social e cultural. Defende-se, portanto, a transdisciplinaridade – a integração de diversos conhecimentos para a compreensão da realidade.

A Educação do Campo é clara quando se posiciona radicalmente contrária ao paradigma hegemônico da questão agrária brasileira e seu modelo de educação ruralista, que

perpetua o entendimento unidimensional do ambiente rural. A educação do campo abre novas possibilidades para o campo quando destaca novos modelos de se viver e organizar.

Percebendo que o investimento numa educação que emancipe o cidadão do campo é fundamental para começar a romper com o anacrônico modelo de desenvolvimento que vige no campo e torná-lo eficiente para a população camponesa, o MST criou o setor de educação em 1987, com o objetivo de promover a educação nos acampamentos e assentamentos. Para isso, elabora uma teoria pedagógica adequada à realidade de quem vive e trabalha no campo. O setor de educação do MST passou a desenvolver trabalhos voltados para a educação: infantil, ensino fundamental e médio, Ensino de Jovens e Adultos (EJA), magistério, cursos técnicos – administração de assentamentos e cooperativa, saúde, comunicação – cursos superiores e outros cursos não formais.

Para o MST o espaço escolar é importante para se ter uma educação formal, mas não é tudo. É especialmente importante quando traz resultados para além da sala de aula ou escola. A politização e a capacidade de organização são consideradas essenciais. Por isso a atividade dentro do movimento já é considerada educativa. O objetivo é formar cidadãos conscientes que percebam a necessidade da integração do campo num projeto de desenvolvimento nacional.

Em 1997 realizou-se o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), que teve o objetivo de discutir e avaliar os 10 anos de trabalho realizado pelo setor de educação do MST. Os ricos debates entre educadores do MST e representantes de universidades resultaram na formulação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Sua estrutura foi montada a partir de uma comissão pedagógica, que formulou o Manual de Operações do Pronera. Os principais objetivos desse documento são: dinamizar e ampliar a educação nos assentamentos; desenvolver métodos de trabalho e ensino específico para o campo; promover capacitação para os camponeses residentes nas áreas que serão desenvolvidos os projetos e possibilitar o desenvolvimento sustentável do campo. Apesar do projeto abranger vários níveis da educação, a prioridade é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, o Pronera é um programa que aplica a Educação do Campo, capacitando especificamente os trabalhadores(as) das áreas da Reforma Agrária. O seu

objetivo geral é claro: desenvolver os assentamentos através da democratização do conhecimento no campo.

A metodologia do Pronera para a concretização de seus objetivos consiste fundamentalmente em quatro pontos:

- I – Alfabetização e escolarização de jovens e adultos;
- II – Escolarização e formação de educadores para atuarem nas áreas de assentamentos;
- III – Formação continuada para escolarização média e superior aos educadores;
- IV – Formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento.

Além de promover esses quatro pontos, o programa também organiza palestras em eventos no âmbito regional, nacional e internacional. São encontros, seminários, estudos e pesquisas que visam discutir e fortalecer a Educação do Campo.

Faz-se necessário destacar que a criação do Pronera ocorreu “de baixo para cima”, tendo os movimentos sociais como principais agentes em sua formulação, em que foram levadas em consideração as necessidades do povo camponês. Para Molina (2003, p. 50) “a intensa participação do MST em estruturar, fazer funcionar e coordenar o Pronera pode haver sido exemplo concreto na nova relação do MST com a sociedade”.

Apesar do projeto ter sido discutido e formulado no I ENERA, em 1997, o Pronera só foi criado oficialmente em 1998. Vale ressaltar também que esse programa é executado de forma articulada, numa parceria entre o Governo Federal – através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, instituições de ensino, movimentos sociais e organizações sindicais. Essa parceria é essencial para o funcionamento dessa política pública.

Um grande desafio para os que defendem a Educação do Campo é que este Programa seja, de fato, integrado no INCRA como uma política de Reforma Agrária, do mesmo jeito que a Reforma Agrária é uma política de desenvolvimento social. Objetivam também a melhoria nas relações entre o INCRA e os movimentos sociais, pois apesar do Pronera

constituir-se como uma política pública do governo federal, um de seus pilares é a parceria da tríade: Estado - instituições de ensino - movimentos sociais. Enfatizo essa questão pelo acontecido entre o final do ano 2000 e início de 2001, em que o INCRA interveio de forma autoritária sobre o programa e exonerou um dos seus dirigentes, o professor João Cláudio Todorov, sob o pretexto que o Estado é quem deveria ter controle sobre as ações do Pronera, e não o MST. A consequência foi a perda da autonomia e de poder de qualquer tipo de intervenção dos demais parceiros do programa. De 2001 a 2003 observamos a tentativa do governo em esvaziar o programa, inclusive com propagandas do governo contra o MST. Entretanto, a partir do Governo Lula (2002 – 2010) percebemos uma melhoria nessa relação.

3 – Considerações Finais

Neste trabalho discutimos a Educação do Campo e emergência da expansão das políticas públicas que a contemplem, visando aprimorar e tornar sustentável o desenvolvimento do espaço rural brasileiro. O atual paradigma de desenvolvimento rural gera graves problemas sociais, que são do campo, mas repercutem também na cidade. Como exemplo, podemos citar o êxodo rural que implica no crescimento das favelas nas cidades.

Defendemos a inversão da lógica perversa da qual o cidadão camponês ou estuda para sair do campo ou sai do campo para estudar, haja vista que não lhe são garantidas as condições dignas para a permanência nas áreas rurais, justamente devido à falta de políticas públicas: escolas, hospitais, trabalho, etc. Para contribuir com o rompimento dessa lógica foi formulado a Educação do Campo, que possibilita uma ampla formação humana, levando em conta à realidade vivida pelo camponês.

Discutimos também a respeito do Pronera, um programa que possibilita a aplicação da Educação do Campo em todos os níveis de ensino, ou seja, do infantil ao superior. Foi fruto dos debates entre os educadores do MST e representantes das universidades, sendo assim, foi estruturado de “baixo para cima”. Sua transformação num projeto público foi conquistada através da própria organização política dos movimentos sociais que foi capaz de pressionar o Estado para pô-la em prática.

No que diz respeito ao MST, eles não querem simplesmente se integrar nesta sociedade capitalista, transformando-se em consumidores. O movimento social que eles lutam e estão inseridos tem outro projeto de sociedade. Eles lutam pela emancipação da classe trabalhadora, lutam por uma sociedade mais justa e menos desigual. Não se limitam a luta pela terra. Objetivam romper com as concentrações: de terras, do saber, de renda, de direitos.

Trata-se, portanto, de um movimento bastante abrangente e que difere de vários outros movimentos sociais que se limitam ao objetivo apenas da integração de suas minorias na sociedade capitalista. Não oferecem grandes rupturas ao sistema e por isso mesmo são cooptados pelo discurso capitalista.

Dessa forma, o projeto defendido pela Educação do Campo representa também esperança e novos horizontes de possibilidades para a criação de uma nova realidade, pois engloba tanto os militantes dos Movimentos Sociais do Campo como, principalmente, os camponeses em geral, que se traduzem em forças sociais capazes de protagonizar mudanças estruturais.

4 – Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel e FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. São Paulo, 1999.

BEHAR, Regina e CURY, Cláudia. **Dinâmicas coletivas e subjetividades**: possibilidades de pesquisa com história oral. Saeculum – Revista de História. João Pessoa, vol. 18, p. 105- 118, jan/ jun. 2008.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem terra**: escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais, 2005

KOLLING, E. J., NERY, MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

MOLINA, Mônica C. **A contribuição do programa nacional de educação na reforma agrária para a promoção do desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2003.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

14

SANTOS, Clarice dos. (org.). **Por uma educação do campo**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.